

X

PROFESSOR POLITICA

Jornalistas querem nova comunicação

Brasília — A Assembléa Nacional Constituinte receberá propostas inovadoras dos jornalistas, voltadas para a criação de um novo modelo de Comunicação Social no País, que garanta o acesso igualitário de todas as camadas da população à produção, difusão e consumo do bem cultural. "Não se pode conceber uma sociedade democrática que não tenha uma comunicação democrática", afirma o jornalista e professor Murillo Ramos, participante do Encontro Nacional de Jornalistas, ora em realização no Congresso Nacional. As conclusões serão transformadas em livro, para encaminhamento à Constituinte.

Os jornalistas questionam a concentração da produção e veiculação de informações, em mãos de grupos econômicos monopolizantes, que impedem o acesso dos diversos setores da população aos meios de comunicação, assim como a manipulação de verbas publicitárias, privadas ou estatais, utilizadas para favorecimento de grupos políticos e econômicos. "O que se verifica hoje, no Brasil, é uma comunicação altamente centralizada. O maior exemplo disso é a televisão: um mesmo grupo monopoliza cerca de 70 a 80 por cento da audiência e das verbas públicas. Então, o poder sobre a sociedade concentrado nas mãos desse grupo é fantástico", afirma Murillo Ramos, que participou através da Universidade de Brasília e do Sindicato de Jornalistas do Distrito Federal, da elaboração de propostas à Constituinte.

Além das conseqüências políticas e econômicas da concentração dos meios de comunicação, Ramos destaca, também, seus efeitos culturais. "As principais redes de televisão, os principais jornais e emissoras de rádio localizam-se no eixo Rio-São Paulo. Então, ocorre uma discutível homogeneização cultural no País, que não leva em conta as diferenças regionais e não permite a valorização das culturas regionais".

Uma das principais propostas dos jornalistas é a criação de um sistema público de comunicação, que Ramos considera instrumento essencial na defesa da diversidade cultural e do direito à identidade cultural.

Os dois documentos básicos do encontro, "a Comunicação na Constituinte" e "Constituinte e automação do trabalho jornalístico" foram elaborados por representantes da Federação Nacional de Jornalistas, Sindicato de Jornalistas do Distrito Federal e Universidade de Brasília, partiram das propostas que vêm sendo discutidas por profissionais de comunicação e pesquisadores, nos últimos anos, em diversos países, com vistas à instituição de uma nova ordem da informação, que a própria ONU — Organização das Nações Unidas, já aprovou, com base, essencialmente, no direito à informação e nas graves distorções observadas na qualidade dos produtos que chegam ao público e no acesso aos meios de comunicação.

Além de reivindicar a revogação da Lei de Segurança Nacional e a extinção de todos os dispositivos legais que restringem a liberdade de expressão pública, os jornalistas propõem que as políticas de comunicação do país sejam formuladas com a participação de toda a sociedade, que também deve exercer controle sobre sua aplicação. A proposta que encaminharão à Constituinte tem como pontos básicos a criação do Conselho Nacional de Comunicação Social, a regulamentação das concessões de rádio e televisão, meios impressos, normas de programação, sistema estatal, sistema público e publicidade.

O Conselho Nacional de Comunicação Social deverá ser formado por representantes do Governo e da sociedade civil "com a responsabilidade de debater, traçar planos, estabelecer e formular a política de Comunicação Social, fator essencial para a democratização da informação", como afirma o documento. O Conselho deverá ainda, decidir sobre a concessão dos serviços de telerádiodifusão e fiscalizar o cumprimento da legislação pelos meios de comunicação social. Dando prioridade ao caráter educativo e cultural das propostas apresentadas, o Conselho deverá indicar os titulares das concessões dos serviços de rádio e televisão no país, para deliberação final do Congresso Nacional. O Congresso será a única instituição com poder de revogar as decisões do Conselho.

As normas de programação visam a garantir a pluralidade de fontes e assegurar à população o direito de informar e ser informada, fixando limites mínimos à programação local e limites máximos à programação produzida em outros estados e no exterior, tanto nos meios impressos quanto em rádio e televisão.

Além de propor a criação de Conselhos Superiores, formados por representantes da sociedade civil, para a definição da política a ser seguida pelo sistema estatal de Comunicação, os jornalistas defendem medidas de co-gestão editorial visando a participação dos profissionais nas decisões editoriais dos veículos estatais, através de eleições entre os funcionários.

O sistema público de comunicação, segundo o documento "caracteriza-se pela independência aos sistemas estatal e privado, em relação aos quais exerce um papel complementar, ampliando as possibilidades de acesso da sociedade à prestação e recebimento de informações".

ANC 88
Pasta Jan/Maio 86
122

SECRETARIA DE CULTURA